

COLÉGIOS CATÓLICOS FEMININOS: A EDUCAÇÃO NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO

Ana Paula Sapaterra

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a educação nos Colégios Confessionais Femininos que se instalaram no Brasil, em especial o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, de Itu, modelo ideal de educação das meninas pertencentes a alta oligarquia paulista. Para tal, optou-se pela escolha da História das Ideias Linguísticas (Auroux, Fávero, Orlandi) como vertente teórica para subsidiar este artigo.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas. Colégios Confessionais Femininos. Colégio Nossa Senhora do Patrocínio.

INTRODUÇÃO

O final do século XIX trouxe muitos avanços para a sociedade paulista, e por acompanhar esses progressos a elite passou a exigir uma educação mais requintada para suas filhas, pois não mais podiam elas se comportar de acordo com a tradição colonial portuguesa – em moda até então – isso não combinava mais com a sociedade urbanizada.

Assim, não caberia mais à mulher somente a função de dirigir a casa e os empregados, era preciso que fosse agradável nas reuniões e para isso tornava-se necessário aprender a ler, escrever, conversar, conhecer regras de etiqueta, música, pintura e tudo o que coubesse a uma dama da sociedade. Era preciso moldar um novo perfil de mulher adequado a essa nova sociedade, com uma educação voltada para o social sem que se comprometesse a alma, a moral e a religiosidade.

O francês foi o modelo escolhido para a educação das jovens burguesas, pois representava garantia de boa educação sem ideias profissionalizantes, modernas ou feministas.

Nesse período, muitas instituições de ensino de cunho confessional instalaram-se no Brasil. Eram consideradas sinônimo de requinte e sofisticação herdados dos melhores colégios da Europa, em especial os franceses, que, por muito tempo foram responsáveis pela educação das meninas pertencentes à alta oligarquia paulista, pois representavam saber e elegância, em meio a um período de grandes transformações sociais.

COLÉGIOS CATÓLICOS E EDUCAÇÃO FEMININA: MODERNIDADE X CONSERVADORISMO

Até meados do século XIX, a sociedade patriarcal brasileira pouco se preocupava com a escolarização das mulheres. A ignorância, o distanciamento do mundo real, a clausura doméstica fizeram parte do universo feminino durante todo o período colonial e parte do Império. Alguns navegadores que vieram ao Brasil no século XIX, como *Max Leclerc* e *Saint-Hilaire* relatam que as mulheres eram analfabetas, arredias e ignorantes; escondiam-se atrás das portas, evitavam qualquer tipo de contato com pessoas estranhas e dedicavam-se exclusivamente à casa e à criação dos filhos.

No século XIX, as ideias provenientes da Europa, a abertura de novos portos, a urbanização, o capitalismo, a gravitação do universo do neocolonialismo e a própria cultura burguesa moderna exigiam uma redefinição social quanto à educação feminina. A elite notou que era preciso tirar suas filhas do grau de ignorância e isolamento no qual viviam, visto que o mundo já não era mais o mesmo e o país buscava seu espaço na modernidade de uma sociedade que se construía.

Desse modo, não era mais suficiente que o sexo frágil se contentasse somente em dirigir a casa e governar os escravos. Tornava-se necessário que aprendessem a ler, escrever e conhecer o mundo além dos muros que cercavam suas casas. Tal educação não visava ainda à profissionalização, era voltada principalmente ao polimento sociocultural das mulheres. Mas havia um impasse: como querer educar se não existiam escolas?

Devido aos avanços que ocorriam na sociedade no final do século XIX, a oligarquia passou a exigir uma educação mais requintada para suas filhas. O antigo comportamento feminino herdado da tradição colonial portuguesa não combinava mais com a sociedade que se urbanizava e crescia. Assim, às mulheres não caberia somente a função de dirigir a casa e os empregados, era preciso que fossem agradáveis nas reuniões e para isso tornava-se necessário aprender a ler, escrever, conversar, conhecer regras de etiqueta, música, pintura e tudo o que coubesse a uma dama da sociedade. Tratava-se de criar um perfil de mulher tão bem descrito por José de Alencar em seus romances, uma educação voltada para o social sem que comprometesse a alma, a moral e a religiosidade feminina.

A alta oligarquia paulista contratava professores particulares brasileiros e estrangeiros para ensinarem suas filhas em casa. Era privilégio de um grupo de pessoas de muitas posses. A educação das meninas era tida como um luxo, uma excentricidade; os pais queriam que suas filhas aprendessem francês, música, dança e pintura.

Esta prática só era comum a algumas famílias, devido ao alto custo. As meninas provenientes de famílias menos abastadas estudavam em colégios católicos onde o programa de ensino tinha por objetivo o mesmo polimento sociocultural. O método estava presente em todas as escolas confessionais existentes na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX, até mesmo na escola de Rangel Pestana, muito avançada para a época, pois continha em seu programa de ensino a disciplina *Direitos da Mulher*, motivo que posteriormente acarretou seu fechamento.

A oligarquia queria uma educação requintada às suas meninas, porém sem que viesse exaltar o comportamento feminino. Este deveria ser preservado conforme os padrões estabelecidos pela moral e pela religiosidade.

O modelo escolhido para educar as jovens burguesas foi o francês, garantia de uma educação antimoderna, antifeminista e antiprofissionalizante, fruto do conservadorismo ultramontano.

A primeira Instituição católica destinada ao ensino de meninas a se instalar no território brasileiro foi o Convento das Ursulinas de Nossa Senhora das Mercês, na Bahia. Presidido por Da. Ursula Luíza de Monserrate, descendente de uma rica família baiana, teve permissão para abrir um convento de freiras com a ajuda de mais quatro religiosas, em 1743.

No dia 24 de setembro de 1744 foi introduzida a Ordem das Ursulinas no Brasil. O objetivo da Instituição era a santificação pessoal, o tratamento dos doentes necessitados e a instrução de meninas. Esta Ordem religiosa foi fundada na Itália, em 1535, por Ângela de Mericis, nome posteriormente escolhido para a padroeira da Congregação.

Foi o primeiro e único colégio de meninas existente no período colonial. É importante salientar que em Portugal a Congregação somente se instalara em 1755, ou seja, a colônia adiantara-se à metrópole. Nesse sentido, Rodrigues (1962, p. 197) descreve:

As Ursulinas só foram introduzidas em Portugal nos meados do século XVIII na Vila Pereira, próxima a Coimbra. Nova fundação foi feita em 1778 em Vianna de Castelo e antes do século XIX, já havia colégios em Braga e Lisboa. Reduzia-se o ensino a ler, escrever, contar, aos conhecimentos da língua francesa, da doutrina cristã e princípios de moralidade e civilidade, além das prendas domésticas.

Em 15 de outubro de 1827 foi elaborado um decreto que instituía um currículo não profissionalizante voltado à educação feminina composto das disciplinas de leitura, escrita, gramática, moral cristã, quatro operações, prendas domésticas e doutrina católica, porém, mesmo

estabelecido o currículo, o Estado não criou as escolas. O problema é que deixou a cargo dos governos provinciais a responsabilidade da educação primária e secundária.

Somente em abril de 1849, após cem anos, é que outra Instituição destinada à educação de meninas se instalou no Brasil. Vindas da França, as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo fundaram um colégio em Mariana, que depois se espalhou por outras cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A partir de 1850, os ideais liberais invadiram o espaço nacional e o princípio defendido pelas autoridades públicas era retirar do Estado as responsabilidades referentes à educação e transferi-las à iniciativa privada. Autoridades da época, como o Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo, Diogo de Mendonça Pinto, enfatizavam a ideia de que o ensino gratuito e público era um desperdício de dinheiro, discurso que cada vez mais tornava-se uma prática constante.

Em 1874, o governo federal determinou que os cofres públicos subviassem as escolas privadas do interior com 500\$000 (quinhentos mil réis) e as escolas da capital com 2\$000 (dois mil réis), fato que justifica o descaso e a deficiência do ensino público e gratuito.

Nesse período, as escolas que existiam na cidade de São Paulo não tinham um prédio próprio e o professor era obrigado a alugar uma sala para ministrar suas aulas e ainda comprar todo material (giz, apagador, lousa, livros), despesas que tirava de seus próprios recursos. É fato que essas poucas e precárias escolas eram frequentadas por alunos paupérrimos. E os filhos da oligarquia, onde estudavam?

As jovens da burguesia paulista que não eram tão ricas quanto as que recebiam instrução em casa, estudavam em colégios internos privados situados na Província de São Paulo. Nesse sentido, Louro (2002, p. 446) relata:

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviços, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens.

Essas escolas católicas não tinham somente o objetivo de ensinar. Buscavam, por meio da educação, uma forma de cristianizar um número cada vez maior de discípulos para impedir

a disseminação da liberdade de pensamento e dos ideais modernos que se instalavam no país. Ofereciam uma qualidade duvidosa de ensino, pois grande parte do corpo docente não possuía boa qualificação.

Em relação à educação oferecida à população feminina, pobre, de origem africana ou indígena, Louro (2002, pp. 444-445) apresenta algumas considerações:

Seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e dos meninos como processos únicos, de algum modo universais dentro daquela sociedade. Evidentemente as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e homens. A essas divisões acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam nas proposições educacionais. [...] Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização [...] Algo semelhante se passava com os descendentes indígenas [...].

As concepções de educação das mulheres nesse período estabeleciam relações costuradas por divisões e oposições, visto que poderiam revelar e instituir hierarquias, cumplicidades, proximidades ou diferenças.

Quanto à questão da educação da elite feminina, é contraditória a preocupação da burguesia paulista em relação à educação das meninas porque, ao mesmo tempo em que sabiam da necessidade de educar suas filhas, temiam a modernidade que cada vez mais tomava conta do país. Não a modernidade que aumentava os lucros da oligarquia, mas a modernidade que mudava o pensamento, as atitudes, que pudesse denegrir a moralidade e comprometer o comportamento das mulheres. Portanto, havia um impasse: como educar as moças de família conforme as exigências do mundo moderno, sem causar maiores danos às tradições? Nesse momento, o moderno significava possuir direitos civis, inclusive às mulheres.

É óbvio que o que mais assustou a oligarquia paulista foram as primeiras manifestações feministas. No Brasil, o feminismo era um movimento ainda brando, dirigido por mulheres da classe média e alta, que buscavam igualdade de direitos, como o direito à educação e ao voto.

Neste período, é retratada a mentalidade conservadora que existia no país, de modo que até intelectuais considerados liberais e positivistas, como José Veríssimo e Teixeira Mendes, recomendavam que a educação feminina não ultrapassasse a formação de donas-de-casa e mães de família. José Veríssimo, em seu livro “A educação nacional” diz que a mulher,

por ser menos inteligente que o homem, não deveria aprender matemática ou qualquer disciplina científica.

A repulsa pela emancipação feminina era mais acentuada no grupo dos católicos. Em 1851 no artigo intitulado “Cartas do amigo ausente”, o Barão do Rio Branco apresenta um projeto para a educação feminina voltado exclusivamente às prendas domésticas e às damas do lar. Em seu texto, defende a proposta dizendo não querer:

[...] reviver as loucas e funestas tentativas de Catharina Teot e Olympia de Gourges, as fundadoras das Mulheres Livres, e outras notabilidades femininas, que pretendem emancipar-se da tutela dos homens e aspiram aos mesmos empregos e direitos que eles... e ainda [...] Deus nos livre de um mulherio eivado dessa lepra. Onde iríamos parar com essa república de publicistas de saias, quem iria resistir à sedução dessas varoas? (PARANHOS, 1953 citado por HAIDAR, 1972, p. 234).

Nesse contexto preconceituoso e conservador, Francisco Rangel Pestana e sua esposa abriram em São Paulo um colégio feminino que, além das matérias já estabelecidas nos currículos, ministrava aulas de Direitos da Mulher. O colégio durou bem pouco: foi inaugurado em 1876 e em 1879 teve suas portas fechadas por falta de alunas.

Inúmeras tentativas libertadoras da condição feminina vieram em seguida, mas a oligarquia conservadora apoiada pela Igreja Católica boicotava as manifestações. A Igreja apresentava o discurso de que as leis divinas e naturais teriam determinado que à mulher caberiam as tarefas domésticas e ao homem as atividades cívicas e sociais. Portanto, qualquer proposta que viesse a contrapor o que estava estabelecido, era taxada como um atentado a Deus. Cabia, então, à mulher, que fosse educada numa condição inferior ao homem a fim de garantir a estabilidade moral da sociedade. Nesse sentido, Louro (2002, pp. 446-447) descreve:

[...] Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque mobilizar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro.

Nesse sentido, a educação da mulher não era feita em virtude de seus próprios anseios ou necessidades, mas como função social de educadora dos filhos ou formadora de futuros cidadãos.

É fato que a Igreja Católica sempre teve domínio sobre as mentalidades da população, apropriando-se da educação como um meio para impor suas ideias perante o mundo. No Brasil, a ditadura católica sempre existiu, desde a chegada dos jesuítas no século XVI, situação que ao longo dos tempos foi se modificando, visto que, para o mundo moderno, as explicações não poderiam ser justificadas apenas sob o ponto de vista da cosmovisão católica mundial, mas também por meio dos estudos científicos, filosóficos e sociais.

A EDUCAÇÃO CONFORME O CONSERVADORISMO DA IGREJA CATÓLICA

Em 1851, D. Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, determinou um programa de ação pastoral cujo princípio era a educação, tanto masculina, quanto feminina segundo os princípios conservadores do catolicismo ultramontano¹. Quanto a esta questão, Manoel (1996, p. 41) relata:

Segundo a interpretação do catolicismo ultramontano, o mundo moderno se constituía em um imenso perigo para a salvação da alma, porque se fundamentava na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política. Em outros termos, o mundo moderno se desenvolvia sem obedecer aos preceitos católicos e controle da Igreja.

Nesse período, a Igreja estava prestes a perder suas forças de dominação. Era preciso encontrar um caminho para resgatar o controle sobre a população. Desse modo, a Cúria Romana estabeleceu um projeto educacional ultramontano que vinha ao encontro de seus objetivos. Assim, foi criado, em São Paulo, um seminário episcopal para a formação do clero e um colégio feminino dirigido por freiras vindas da Europa.

Nesse contexto, laços foram estabelecidos entre a Cúria Romana, São Paulo e *Chamberry*, na França, lugar de onde vieram as Irmãs de São José destinadas a dirigirem o Colégio de Itu, considerado o primeiro colégio feminino da época. Também vieram da Europa padres capuchinhos², com o objetivo de administrarem o Seminário Episcopal de São Paulo, inaugurado em 1855. É importante relatar que, mais adiante, os jesuítas fundaram na cidade de Itu, o Colégio São Luís, destinado à educação dos moços.

¹ O catolicismo ultramontano surgiu após a Revolução Francesa, no século XVIII. Foi uma manifestação política desenvolvida pela Cúria Romana, centralizada em Roma, com o objetivo de combater os ideais modernos e as ideias de liberdade contrárias às impostas pela Igreja Católica. Os ultramontanos representavam a parte mais conservadora e intransigente da Igreja Católica.

² Os padres capuchinhos já haviam chegado ao Brasil no século XVII, mais precisamente em 1612, no Maranhão.

O projeto educacional visava atingir dois objetivos básicos: a conduta religiosa e a familiar. Pretendiam formar bons sacerdotes e educar as moças de tal modo que depois pudessem transmitir a seus filhos os ensinamentos e a doutrina do catolicismo conservador. Essa estratégia de torná-los “mensageiros sociais” ou transmissores de preceitos morais e religiosos não cabia somente à tradicional pedagogia dos jesuítas e dos católicos ultramontanos, mas às outras doutrinas, religiosas ou não. Tanto o Seminário Episcopal, quanto o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio eram fundamentados no catolicismo ultramontano.

O fato é que a vinda desses religiosos a São Paulo e a outras regiões do país não foi uma mera coincidência. Tudo foi planejado de modo a não ocorrer com o catolicismo no Brasil o mesmo que ocorrera na França durante a Revolução Francesa: o esfacelamento da instituição religiosa.

Em meados do século XIX, a educação feminina passou a ser uma preocupação para a sociedade burguesa de São Paulo. Havia um contraponto nessa questão: educar as filhas já não era mais um luxo, um capricho e sim uma necessidade. Mas como educar sem corromper, já que o contato com o mundo externo acarretaria perigo às pobres moças?

O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio e os demais, posteriormente fundados, eram a única opção devidamente segura para a educação das mulheres naquele período.

No final do século XIX, os ideais liberais e republicanos e a ideia de laicidade educacional foram se fortalecendo cada vez mais em São Paulo. Após a Proclamação da República, a laicização do ensino se concretizou, mas a Igreja brigava pelo seu espaço, decretando que o ensino nas Instituições Católicas era o único capaz de educar integralmente o homem. Nesse sentido, Manoel (1996, p. 57) descreve que a Igreja definia seu trabalho como:

Mater et Magistra – a ela cabe ensinar aos homens a Verdade que, embora revelada por Deus a todos, e contida nas letras sagradas, possui mistérios que somente ela e o seu clero, instituído por Jesus Cristo, podem compreender e ensinar, evitando que os homens deturpem o sentido mesmo das palavras divinas, estiolando não só o seu sentido, mas a sua própria eficácia.

A Igreja pregava que o direito de ensinar era somente seu, sob pena de se colocar em risco todo o alicerce da sociedade. Por tal motivo, não só a educação, mas também toda estrutura social deveria se submeter às suas ordens, afinal, a sociedade brasileira, em sua totalidade, declarava-se católica. Para ela, o cidadão-católico, por seus embasamentos morais, estaria apto a obedecer aos preceitos que iam ao encontro de sua catolicidade. Assim, o clero afirmava que os seguidores da educação leiga proposta pelos liberais seriam condenados por seguirem os princípios filosóficos modernos, inadmissíveis à Igreja.

Com base nessa tese, a Igreja Católica tentava convencer a sociedade e, na prática, construía escolas, preferencialmente de nível secundário. Portanto, diante de tais fatos, sabe-se porque o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, foi o polo de irradiação das instituições confessionais femininas por todo Estado de São Paulo, de modo que em 1959 existiam 139 escolas católicas funcionando nas principais cidades paulistas.

AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE *CHAMBERRY* – UM POUCO DE HISTÓRIA

A Congregação das Irmãs de São José de *Chamberry* foi fundada em 15 de outubro de 1648, em *Puy*, na França, pelo padre jesuíta *Jean Pirre Medaille* e pelo Monsenhor Henry de Maupas. Daí a evidência de fortes traços jesuítas na Congregação das Irmãs de São José, pois tudo indica que eram consideradas o braço feminino do jesuitismo no país.

Na cidade de Itu, Estado de São Paulo, em 1858, foi fundado, por elas, o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio.

As Irmãs de São José vieram a São Paulo em meio ao projeto de romanização da Igreja paulista e receberam total apoio da oligarquia que acreditava que as religiosas conduziram suas filhas pelos caminhos da teoria educacional do catolicismo ultramontano. Esta teoria dividia a educação em dois seguimentos distintos, porém complementares: o da instrução e o da educação. O primeiro se ocuparia em direcionar o saber. Ao segundo caberia modelar o caráter das meninas conforme os dogmas católicos. Assim, a educação ultramontana se mostrava como a única educação verdadeira, em contraponto com as demais oferecidas por instituições leigas ou por outras religiões.

Segundo Snyders (1977, p. 271), esses segmentos se davam por meio de uma prática diária que comportavam dois momentos:

[...] o momento da educação em sala de aula e o momento da vivência cotidiana conforme um regulamento apropriado em um local bem definido – o internato. Esse é o primeiro ponto a ser examinado, na exata medida em que a plena consecução dos objetivos propostos pela educação das Irmãs de São José só seria conseguida pelo afastamento das alunas do mundo exterior.

As irmãs de São José foram as primeiras a introduzirem a fórmula do internato como meio de ampliar as escolas externas e os orfanatos. O regime de internato permitia um controle mais assíduo do comportamento e do pensamento das meninas. Isoladas do mundo exterior, as alunas não corriam o risco de se contaminar com as ideias que surgiam a todo momento. Ali, enclausuradas, tinham contato somente com um universo artificial,

comunicavam-se, basicamente, por meio da língua francesa, língua oficial daquele lugar, e eram educadas segundo um método de ensino baseado no *Ratio Studiorum*³ dos jesuítas.

Desse modo, as meninas eram postas frente a normas e preceitos educacionais vinculados aos critérios e propostas de uma Igreja puramente autoritária, moralizadora, antifeminista e conservadora.

Desde sua fundação até 1925, o Colégio de Itu esteve sob o comando de Madre Maria Teodora Voiron, que tinha como traço particular o providencialismo ultramontano. Segundo Wernet (1987, p. 218):

[...] a religião, de acordo com o ultramontanismo, não é mais afirmativa da vida que vê o selo do divino nas realidades terrestres; mas circunscreve-se agora, substancialmente à comunicação através dos sacramentos, ritos e práticas devocionais dos homens com o sobrenatural. Alimenta-se o gosto pelo milagroso e defende-se o ponto de vista de que Deus, multiplicando as intervenções sobrenaturais, quer reagir contra o racionalismo da época. Enfatiza-se o “opus operatum” à custa do “opus operantis”, esperando tudo de Deus e pregando que o essencial está na vida futura, chega-se facilmente ao menosprezo da vida terrestre, ao conformismo e a resignação [...] O mundo não passa de um “vale de lágrimas”. O desapego aos amores da vida e da terra acarreta, também, uma visão negativa da sexualidade, do afeto conjugal e da vida familiar [...].

Dessa forma, o homem não é mais agente da sua própria História e sim um ser passivo que suporta a ação divina com paciência e resignação porque acredita e aguarda a recompensa dos céus.

O regime de internato é uma prática pedagógica que remonta suas origens nos mosteiros e escolas monacais da Idade Média, onde as pessoas se afastavam do mundo a fim de resguardar sua espiritualidade. Um lugar isolado das tentações mundanas seria a saída para que as crianças pudessem proteger-se de suas inclinações naturalmente pecaminosas.

Quanto à educação feminina, o recurso do internato deveria ser empregado plenamente, pois as meninas possuíam uma pureza que deveria ser resguardada a todo custo.

Além da doutrinação religiosa e dos conceitos e valores morais recebidos pelas alunas, as meninas eram envolvidas em práticas religiosas constantes, através de orações ou festejos comemorativos de santos, de tal forma que essa religiosidade era incorporada na vida das educandas dentro ou fora do colégio. Assim, os objetivos do Colégio de São José associavam educação, formação moral e religiosa.

³ Plano de ensino da Companhia de Jesus.

A PROPOSTA EDUCACIONAL DOS COLÉGIOS CATÓLICOS FEMININOS

O Colégio das Irmãs de São José oferecia às alunas os sistemas de internato pago, externato pago e gratuito e orfanato. O Inspetor Literário de Itu, Joaquim Domingues Lopes, apresentava em 1º de agosto de 1886, um relatório didático-pedagógico no qual constava:

<i>INTERNATO</i>	<i>EXTERNATO</i>
a) <i>Professores</i> 25	a) <i>Professores</i> 5
b) <i>Matérias</i> 20	b) <i>Matérias</i> 8
c) <i>Alunas</i> 172	c) <i>Alunas</i> 140
d) <i>Seriação</i> 7 séries	d) <i>Seriação</i> 3 séries ⁴

(MANOEL, 1996, p. 73).

É evidente a diferença quantitativa entre o internato e o externato, o que demonstra a qualidade inferior do segundo e reforça a característica elitista do primeiro. Restava às alunas externas uma limitada instrução.

Os externatos foram criados com o objetivo de educar as crianças que não dispunham de recursos para pagar as despesas do regime interno e, ainda, oferecer uma educação gratuita oposta à oferecida pelas escolas protestantes. Dessa forma, a educação no externato para as alunas de baixa renda caracterizava-se por ser um ato assistencial.

Cada classe social recebia um determinado número de informações e conhecimentos, de acordo com sua situação financeira e posição social. Essas instituições educacionais demonstravam fazer uma divisão da sociedade em classes, marcada pela própria prática escolar.

Quanto ao regime de orfanato, as meninas recebiam os ensinamentos religiosos, as primeiras letras e as prendas do lar, visto que no futuro exerceriam as funções de empregadas domésticas, destino traçado pelas religiosas que não davam às meninas o direito de escolherem seu próprio caminho.

No Seminário da Glória, fundado em 8 de junho de 1825 e dirigido pelas irmãs de São José, em São Paulo, o estatuto tinha por finalidade:

1º) instruir as órfãs no catecismo, gramática portuguesa, história sagrada, aritmética e geografia; 2º) ensinar a costurar, remendar, pontos de meia e todos outros quaisquer trabalhos de agulha; cozinhar e, em geral, todas as prendas domésticas próprias da condição de órfã. (MANOEL, 1996, p. 74).⁵

⁴ Relatório do Inspetor Literário de Itu, Joaquim Domingues Lopes, de 1.8.1886. APESP, Ordem 5.062, lata 41.

⁵ Contrato entre a Província de São Paulo e as irmãs de São José de *Chamberry* para dirigirem o Seminário de Educandas de N. S. da Glória. APESP, Ordem 941, lata 146.

Era rotina nos orfanatos que as meninas trabalhassem de faxineiras, passadeiras e cozinheiras. Algumas alunas também eram preparadas para exercerem a profissão de professoras das escolas públicas.

A educação católica feminina tinha o objetivo de educar e instruir. A instrução limitava-se a introduzir as meninas no Universo da Matemática, da Geografia e das Ciências Naturais e também transmitir os valores morais e religiosos. Assim, a educação católica mostrava à sociedade ser a única verdadeira, contradizendo o ensino leigo oferecido pelo Estado e a educação ministrada por outras religiões, como a protestante.

O regime de internato apoiava-se na ideia de que a criança, por ser naturalmente inclinada ao mal, deveria ficar isolada num local onde a alma fosse ensinada a vencer o pecado. Apoiava-se também na concepção de que a modernidade traria ao ser humano a degradação da própria existência. Desse modo, ao terminar os estudos, as meninas estariam fortalecidas e prontas para combaterem o mal e pregarem o catolicismo por toda sociedade.

Por ser a mulher uma presa fácil do mal, deveria sofrer uma constante vigilância. Nesse sentido, Manoel (1996, p. 78) relata:

Cada passo era medido, estipulado por um conjunto de regras destinadas a modelar a mulher que, além dos ornamentos culturais, da polidez, portasse a marca indelével da educação conservadora. Por isso gestos, comportamentos, linguagem, tudo era vigiado, controlado, moldado [...] e ainda [...] Se o fundamental dessa educação era o desapego das “coisas mundanas”, as próprias amizades eram postas sob suspeita – o internato não tolerava, e não tolera as chamadas “amizades particulares”, ou seja, a possibilidade de se construir um universo de intimidades fora do controle da autoridade, em que as confidências, os sentimentos, planos e até mesmo as críticas pudessem estar além do alcance dos olhos e dos ouvidos dessa entidade semi-abstrata (sabe-se que ela existe, embora invisível) chamada Regras.

“Deus me vê”. Esta frase estava estampada por todas as paredes de todos os internatos, conventos e seminários espalhados pelo país, com o objetivo de lembrar que o Criador, mais do que qualquer ser humano, tudo via e anotava para depois prestar contas na vida eterna.

Esses colégios preparavam as jovens para a vida em sociedade, portanto, o cuidado com o corpo era fundamental, não no sentido estético, mas sim como instrumento necessário a fim de executar gestos e movimentos segundo as etiquetas que cabiam a uma dama da sociedade, como sentar-se corretamente, colocar-se à mesa e receber uma visita.

Esse universo de conduta e resignação também se manifestava por meio das vestes das alunas. Em São Paulo, no século XIX, o uniforme escolar representava a recusa do próprio corpo:

vestido preto, luvas pretas, capa preta e chapéu branco. Sobre esta questão, Louro (2002, p. 461) descreve:

[...] Construía-se uma estética e uma ética. Uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados e combinavam-se com a exigência de uma postura discreta e digna. O mesmo valia para as professoras: como modelos das estudantes, as mestras deveriam também se trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal [...].

Nesse contexto de imposição e submissão, os colégios católicos femininos foram ganhando espaço na sociedade paulista no final do século XIX.

A PRÁTICA DA LEITURA NAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS

Primeiramente, a língua utilizada nessas instituições educacionais era o francês, para as meninas e o latim, para os meninos.

No colégio das irmãs de São José, em São Paulo, o ensino da língua francesa era realizado por meio de um manual chamado *Selecta Francesa*, publicado em Paris, no ano de 1854. Esta obra trazia textos de autores franceses que retratavam, de modo real ou fictício, passagens da vida de personagens da História Antiga e de heróis do Antigo Regime francês.

O objetivo dessas leituras era proporcionar às alunas trechos que não tivessem nenhuma conotação sensual para que não exaltassem sua imaginação.

Os livros adotados pelo Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio de Itu, em 1876 eram os seguintes:

- | | |
|--------------------------|---|
| 1. Catecismo da Diocese | D. Antônio Joaquim de Melo |
| 2. Manual Enciclopédico | Monteverde |
| 3. História Bíblica | D. Macedo Costa |
| 4. História Eclesiástica | Disieux |
| 5. História Natural | Tellian |
| 6. Geografia | D. Lacerda |
| 7. História Universal | Mons. Daniel |
| 8. Literatura | Mme. Jusanville ⁶ (MANOEL, 1996, p. 74). |

A relação de livros demonstra claramente a predominância doutrinária do catolicismo ultramontano. Assim, as matérias ensinadas deveriam aumentar a cultura, a religiosidade e a sociabilidade das alunas, visto que as matérias científicas eram desprezadas por essas instituições de ensino.

⁶ Relatório do Inspetor literário de Itu, Carlos F. da Silva, de 7.12.1876. APESP, Ordem 5.062, lata 41.

Até a segunda metade do século XX, este programa manteve-se intacto. Em 1919 sofreu algumas alterações devido à inclusão de disciplinas como Física, Química, Geometria, Álgebra, Zoologia e Perspectiva Linear.

Segundo consta na historiografia da educação, de nada serviria à mulher aprender ciências naturais e exatas, pois as jovens da alta sociedade não estavam destinadas à profissionalização e tampouco a sociedade brasileira estava preparada para o trabalho feminino.

O MÉTODO EDUCACIONAL DO COLÉGIO DO PATROCÍNIO

Além do regime de internato e do fato da Congregação ter sido fundada por um padre jesuíta, estão presentes também os métodos da emulação (competição) e premiação. As demais Congregações católicas que se instalaram no Brasil também seguiram o mesmo método, parte de uma estratégia permanente na luta das Instituições Confessionais contra a modernidade.

Nos colégios das Irmãs de São José, as alunas eram estimuladas a seguirem o exemplo da vida de pessoas ilustres e, em grau inferior, o exemplo de algumas alunas tidas como modelo de virtude, dedicação e piedade.

Um dos prêmios oferecido às meninas era o ingresso na União das Filhas de Maria. Não bastava apenas a vontade da aluna de fazer parte desse movimento, era preciso que demonstrasse um comportamento e uma fé exemplar, dignos de tornarem-na merecedora desse privilégio.

A solenidade de ingresso das novas Filhas de Maria era um acontecimento muito importante para as meninas, chegando a causar inveja àquelas cujos objetivos não haviam sido atingidos.

Havia também prêmios pelo melhor aproveitamento entre as alunas. Fazia-se uma grande festa, com discurso de autoridades presentes e apresentação de músicas e números teatrais, prática constante no universo dos colégios confessionais femininos espalhados pelo país.

Em relação ao currículo adotado pelas irmãs, afastaram-se do plano dos jesuítas por um motivo evidente: os padres tinham o intuito de formar “homens de escol” para dirigirem a sociedade, enquanto as freiras precisavam formar meninas na prática da virtude, como convém ao sexo feminino. Portanto, para virtudes específicas, não seria propício ensinar às

moças teologia e filosofia; seria, pois, mais adequado, ensinar-lhes francês, literatura, religião e obras de gosto.

Todas as Instituições católicas que chegaram no Brasil, a partir do século XIX, utilizaram o método dos jesuítas em sua prática docente. Tal atitude não foi por acaso, era parte de uma estratégia católica na luta contra o modernismo que se espalhava pelo mundo.

O método de ensino seguido nesses colégios era o *Ratio Studiorum*. Por mais de cinquenta anos foi experimentado e revisto, desde a fundação do primeiro colégio da ordem, em 1548, em Messina, até a promulgação definitiva do texto, em 1599. O *Ratio Studiorum* era o plano de estudos da Companhia de Jesus. Foi cuidadosamente elaborado com base nas experiências dos padres jesuítas e na prática educacional cotidiana em seus colégios. Tratava-se de um conjunto de regras práticas para a educação, baseado em preceitos católicos.

Por meio dos verbos no imperativo empregados no *Ratio*, verifica-se que o plano mais assemelha-se a um manual de ordens (dê aulas...promova o... siga o... não ensine... não se aventure a...) do que um tratado de pedagogia.

A noção de ordem e método são ideias essenciais que aparecem em todo texto do *Ratio*, pois, para os jesuítas, esses elementos eram considerados fundamentais para a educação. O texto foi oficializado em 1599 e só em 1832 algumas modificações foram feitas, mas nada alterou o conteúdo estrutural proposto no século XVI. Sobre este fato, Manoel (1996, p. 90) descreve:

A Cia. de Jesus e seu método pedagógico foram criados no século XVI exatamente para desempenhar uma função contrarreformista pela educação. Não era muito diferente da situação do século XIX; diria mesmo que era mais complicada, porque não se tratava apenas de se contrapor a uma religião não católica, mas cristã. O ultramontanismo pretendia reverter o movimento da história de sustar o curso do mundo moderno, do capitalismo, do liberalismo e da ciência materialista, além, é óbvio, de esconjurar o fantasma do comunismo.

As novas teorias educacionais apresentadas no século XIX por pensadores como Locke, Rousseau, Pestalozzi e Herbart, seguidores das ideias iluministas e do modernismo, assombravam a Igreja católica, pois, mesmo crendo em Deus, diferenciavam a fé da razão, o saber da revelação e a educação da religião. Esse rompimento da velha pedagogia acabava definitivamente com a existência de uma verdade única e imutável pregada há séculos pelos católicos, exclusiva do clero, único capaz de transmiti-la às pessoas por meio da doutrinação e da educação.

Desse modo, não haveria mais uma verdade única e sim verdades parciais, humanas e não sobrenaturais construídas pelo homem por meio de suas experiências e de seu raciocínio.

Esses pensadores, filhos do Iluminismo, questionavam o tradicionalismo católico na educação, acreditavam que este ensino era retrógrado e medieval. Rousseau chegou a negar o pecado original instituído pela Igreja, anulando a queda do homem e conseqüentemente, tornando desnecessária a vinda do filho do Criador para salvar a humanidade, pilar que sustentava a presença da Igreja Católica no mundo.

Quanto às ideias defendidas por Rousseau, Monsenhor Pedro Anízio (1933, pp. 19-20) fez algumas reflexões:

Rousseau explora com todo seu talento de escritor e todos os recursos da arte, o lado sensível e mais baixo do ser humano./ Não trepida em arrancar da penumbra para a luz do dia a sua fealdade nativa, tudo quanto a razão o traz em freios./ Foi o homem do seu tempo: laicizou o Evangelho, desnaturou o Cristianismo, e tudo contagiou com seu hálito pestilento, deixando a terra coberta de destruição e ruínas.

Além da elaboração de teorias educacionais que contradiziam os preceitos católicos, a estreita relação desses pensadores com a maçonaria e o protestantismo complicava ainda mais a situação.

Em meio ao século XIX, muitas escolas protestantes norte-americanas instalaram-se em São Paulo, trouxeram métodos modernos para educar seus alunos e assim, entraram em confronto direto com o catolicismo ultramontano.

Para Locke, o conhecimento acontecia num processo entre o observador e o objeto observado, numa relação de experimentalismo, porque acreditava que

conhecer é ver; isto posto, é loucura rematada imaginar que se possa ver e compreender pelos olhos de outrem, ainda quando esse outrem possua o dom da palavra para descrever-nos muito claramente aquilo que viu. Se não tivermos nossas próprias impressões do que se passou, se não tivermos visto com os próprios olhos, seremos tão ignorantes como antes, digam o que disserem os sábios mais probos. (LOCKE citado por MALLINSON; LOCKE, 1978, p. 213).

Para o pensador Pestalozzi, a experiência sensório-motora era o primeiro passo para a aquisição do saber. Em relação ao conhecimento de Deus, acreditava ser a experiência mais importante do que a ação do clero.

Herbart acreditava que o conhecimento deveria ser algo vivido e experimentado, pois o homem estaria sujeito a variações de vontade, emoções e mudanças.

Esses pensadores eram frutos da modernidade, do Iluminismo e da ciência materialista, inadmissível para o catolicismo ultramontano. A recusa ao novo, ao moderno se firmava no estudo aprofundado da religião, nos exercícios de retórica e gramática e no estabelecimento de um curso de humanidades focado na leitura de autores da Antiguidade Clássica, a fim de formar homens seguidores ferrenhos do catolicismo ultramontano. Posicionar-se a favor do tradicionalismo católico era assumir uma postura contrária à filosofia, à ciência e às teorias modernas vigentes na época.

Dessa forma, o método mais apropriado para o ensino nos colégios confessionais foi o proposto pelos padres jesuítas. As irmãs de São José não utilizaram o *Ratio* em sua totalidade, adaptaram-no conforme as necessidades de um ensino voltado à educação do sexo feminino.

Uma atividade bastante comum nos colégios de Itu e São José era um curso de literatura no gênero epistolar. As alunas faziam composições literárias em forma de carta ou descrição, prática constante, quase diária, onde as meninas escreviam sobre a vida de santos, de personagens reais ou fictícios que tivessem na própria vida um exemplo de moral e religiosidade a ser seguido.

A formação arraigada nos princípios católicos, a aquisição de uma cultura refinada e de trejeitos sociais compunham a tríade que fazia do gênero epistolar um recurso didático essencial nos colégios confessionais. Na linguagem do *Ratio*, o ensino das demais disciplinas era tão somente um complemento que aprimoraria a cultura das futuras senhoras da sociedade.

Quanto ao ensino de História, em especial de História sagrada, criava-se uma atmosfera em torno da vida dos antigos que viessem servir de exemplo contrário ao estilo de vida que pregava a modernidade, além da compreensão da própria doutrina católica. O cristianismo se fundamentava em uma teoria que explicava todo o movimento histórico a partir da existência de um plano de salvação elaborado pelo Criador. Assim, felizes os que podiam frequentar uma escola católica, pois lá aprenderiam o verdadeiro sentido da história dos homens e das funções da Igreja.

REFERÊNCIAS

ANÍZIO, Pedro (Mons.). Tratado de pedagogia. 1933, p. 19-20. In: MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação feminina: os colégios das Irmãs de São José de Chamberry*

(1859-1919). 1989. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 226.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1972.

Locke, John. An essay concerning human understanding, apud MALLINSON, Vernon.;

Locke, John. In: CHATEAU, Jean. (Org.) *Os grandes pedagogistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 135.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-479.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina: os colégios das irmãs de São José de Chamberry. 1859 – 1919*. 1989. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista; Prismas, 1996.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da República*. São Paulo: Sedes Sapientae, 1962.

SNYDERS, Georges. Os séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston (Orgs.). *Tratado das Ciências Pedagógicas*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1977, p. 271.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

ABSTRACT

This paper aims to examine education in Confessional Colleges for Women which have been settled in Brazil, especially the College of Our Lady Sponsor, Itu, an ideal raw model of education for girls belonging to the high Paulista oligarchy. To this end, we opted for the choice of the Linguistic History of Ideas (Auroux, Favero, Orlandi) as a theoretical model to support this article.

Key words: *History of Linguistic ideas. Nossa Senhora do Patrocínio School. Women Confessional Schools.*

Data de envio: 19/12/2011

Aprovado para publicação: Fevereiro/2012